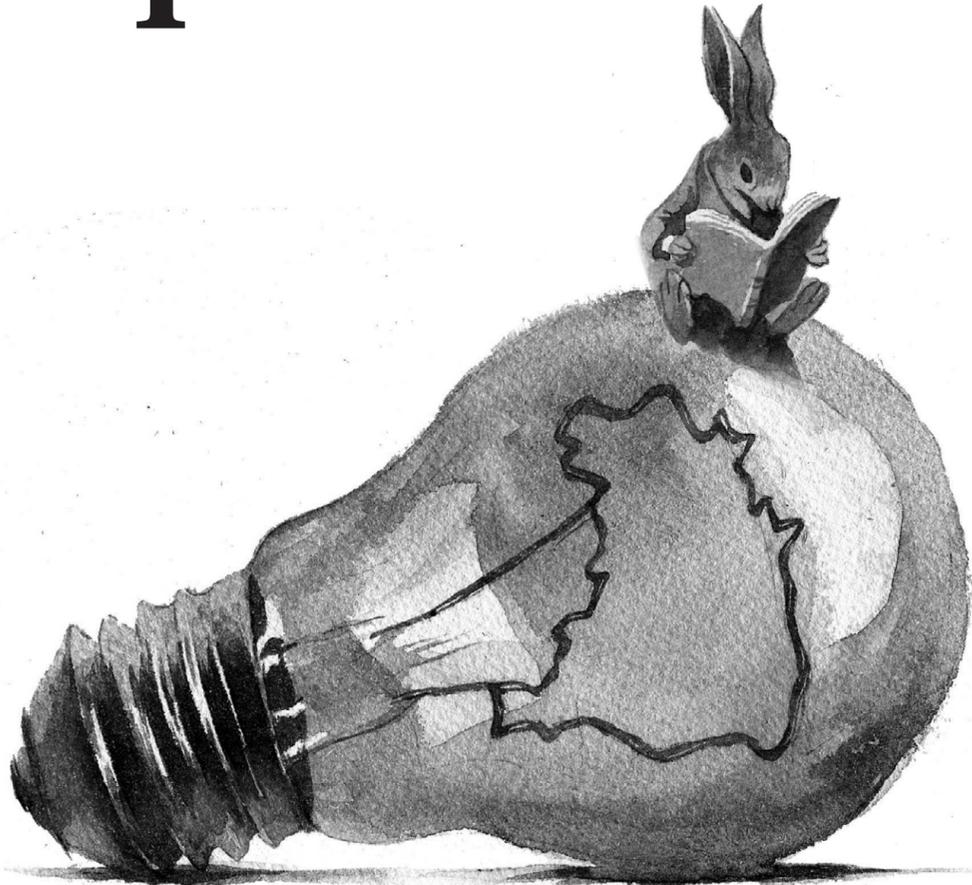


A fábula que educa



Kleber sales/CB/D.A Press

» XISTO VIEIRA FILHO

Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget)

Todos nós já tivemos oportunidade de ler fábulas, histórias infantis que sempre procuram transmitir uma mensagem ou ensinamento. Recordo bem de uma delas que tratava sobre a corrida entre uma lebre e uma tartaruga. Na disputa, a lebre estava tão segura de sua vitória que resolveu dormir um pouco e deixar a tartaruga ir andando naquele seu passo lento. E os deuses das fábulas fizeram a lebre dormir demais e, assim, perder a corrida.

Essa história pode ser facilmente adaptada a uma fábula que trate sobre uma corrida tecnológica entre uma lebre especial e um jabuti, do tipo jabuti-piranga, uma das espécies mais conhecidas e comuns no Brasil. A lebre, que adorava o calor e costumava dormir de dia e ser ativa à noite, iniciou estudos para modernização de diversas fontes de energia e simplesmente desprezou os estudos do jabuti. Achava que eram improváveis, caros e de aplicação reduzida.

E todos os participantes dessa selva (ou quase todos) achavam que o jabuti realmente teria que ser extinto, uma vez que não trazia alegrias. E a lebre, essa sim, deveria ser consagrada, por ser dona da melhor tecnologia, além de ser feliz, veloz e engraçada, motivo até de desenhos animados. E, como em toda

fábula, o inverso é o que acontece: o jabuti ganhou a corrida tecnológica. Com uma diferença bem grande da lebre.

No setor elétrico, diversos profissionais que têm como hobby opinar sobre essa indústria resolveram caracterizar as termelétricas como jabutis. Julgam que essas usinas aparecem do nada e que não fazem parte de estudos de planejamento de longo prazo. E tudo isso porque seriam poluentes, “caras” e sem tanta finalidade assim. Afinal, poderiam ser facilmente substituídas por reforços na transmissão e compensadores síncronos. Ao ouvir isso, os nossos queridos Concordia, Steinmetz, F. P. Melo, P. Kundur tremem em suas tumbas.

Mas vejamos que interessante: enquanto muitos tentam eliminar, no futuro, a geração termelétrica por ser poluente, grandes fabricantes e pesquisadores desenvolvem e implantam tecnologias para tornar essas usinas totalmente verdes. Soluções como o Ccus (captura, utilização e armazenamento de carbono) estão em escala quase comercial. Sim, térmicas com essas tecnologias estão operando nos Estados Unidos, Canadá, Noruega, China, entre outros países. Só na China existem mais de 60 projetos de termelétricas com Ccus a serem implantados até 2030.

O custo ainda é elevado? Claro que sim. E

essa é a trajetória de qualquer tecnologia. Os custos vão caindo à medida que mais e mais projetos entram em operação, e a tecnologia matura, se aprimora. Isso sem falar que usar Ccus será, sem dúvida, é mais econômico e eficaz do que investir bilhões de dólares em linhas de transmissão e compensadores síncronos que, aliás, nem geram energia. Além disso, temos o uso do hidrogênio em térmicas, que está sendo testado em unidades dos principais fabricantes. A utilização desse combustível em termelétricas e? outra quebra de paradigma próxima de acontecer. Com novas tecnologias e combustíveis, poderemos, muito mais rápido do que se pensa, introduzir a confiabilidade verde nos sistemas elétricos.

E no Brasil não será diferente. Imaginem que no Sistema Sul, onde o carvão é uma riqueza natural e tem muito valor socioeconômico para a região, poderemos produzir um carvão verde. Ou as usinas movidas a gás natural, que têm mercado maduro e grande riqueza no pré-sal, gerar gás verde — 2030, 2040 é logo ali. E até as térmicas a óleo poderão continuar a prestar seus serviços auxiliares e anclares. Enfim, deixem a lebre dormir, pois o jabuti vai chegar na frente e disparado. Então, quem sabe, passem a chamar os jabutis de leões, os bichos que cuidam da segurança da selva.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A mãe do juiz

Entregue nas mãos de um indivíduo o cetro do poder, logo, logo ele irá substituir esse bastão pelo chicote. Ao longo de toda a história da humanidade, esse é o meio mais fácil de conhecer o caráter de alguém. No Brasil, o preceito não é diferente e tem sido também o caminho mais curto e eficaz para transformar homens comuns, e até medíocres, em verdadeiras bestas feras que se movem pela fantasia da vanglória. Há muito se sabe que o poder, como potência, é a imposição poderosa da vontade de um sobre outros.

No caso das relações dentro do Estado, o poder se resume ao que é: um jogo de dominação política. Para Bobbio, no entanto, o poder se define como uma rede ou teia de relações entre elementos em diferentes posições dentro da sociedade, o que equivale a dizer, dentro da máquina do Estado.

Em democracias pouco desenvolvidas, como no nosso caso particular, o Estado, ao contrário do que ocorre com os cidadãos comuns, é o único a deter, de fato, o poder, exercendo-o de acordo e em consonância com o que determinam as classes políticas dirigentes com assento nas três principais instituições da República.

Na realidade, no caso brasileiro, o Estado se confunde com esses indivíduos que compõem as altas redes de relações. É o Brasil oficial e caricato, como afirmava Machado de Assis, formado por pessoas às quais foram delegados poderes e que integram hoje polos distantes do que é o Brasil real.

Há, como se constata, um Estado rico e poderoso, composto por indivíduos a quase se tornarem também ricos e poderosos e que paira, como ave de rapina, sobre a cabeça dos cidadãos de segunda classe, exercitando o poder de acordo com as perspectivas que almejam para si e para os seus mais próximos.

Numa estrutura como essa, o que reza a Constituição de 1988, em seu artigo 1º — no qual se lê “Todo o poder emana do povo” —, que, em tese, deveria ser a única lei da Carta Magna, é letra morta, assassinada, friamente, ainda na flor da idade. Por mais paradoxal que possa parecer, as brechas para que o povo possa, em algum instante, sentir-se como senhor da razão, só se apresentam nos momentos em que os próprios poderes do Estado passam a não se entender e a disputar hegemonia.

Vale para os lares, vale para o Estado: em casa que todos mandam e dizem não, ninguém obedece, pois não há ordem nem união. É o que temos no momento, com a hipertrofia da Justiça, dentro do que se convencionou chamar de ativismo judiciário das altas cortes.

O que antes se resumia no esquemático e pouco republicano presidencialismo de coalizão, e que era resolvido com a entrega de parte dos anéis pelo Executivo, ganhou agora um novo e perigoso protagonista na figura de juízes das altas cortes, muito bem retratado pelo editorial do jornal O Globo.

Se antes estavam no tabuleiro das disputas representantes dos dois poderes da República, eleitos pela população, todos eles envolvidos no jogo pelo controle do Estado e de seus recursos, agora entrou nessa pelega mais um elemento, a desejar os mesmos troféus e a embaralhar esse torneio.

É como um jogo de futebol com três times em campo. Ao presidente da República, somam-se agora os 513 deputados, os oitenta e um senadores e os onze ministros do Supremo Tribunal Federal, todos disputando a Taça Brasil, jogado num campo de várzea, é verdade, e com a plateia atenta ao vale-tudo pelo domínio da pelota. Todos absortos na mais autêntica pelada. Só não vale xingar a mãe do juiz.

» A frase que foi pronunciada:

“A Suprema Corte, é claro, tem a responsabilidade de garantir que nosso governo nunca ultrapasse os limites apropriados ou viole os direitos dos indivíduos. Mas a Corte também deve reconhecer os limites de si mesma e respeitar as escolhas feitas pelo povo americano.”

Elena Kagan, juíza da Suprema Corte americana

Alerta

» Pesquisa do Ministério da Saúde divulga que 3,1 milhões de crianças brasileiras estão na faixa de obesos. Alimentos prejudiciais à saúde ocupam as prateleiras de todos os supermercados, o que está fora do controle do cidadão.

Ainda infrutífero

» A única parlamentar a ter coragem para enfrentar essa situação foi a ex-senadora Marta Suplicy. Declarou guerra à gordura vegetal hidrogenada em alimentos, proibindo a venda. Isso foi em 2017. O projeto era o 7681. E o que aconteceu? Nada.

Muda o rol

» Se a ANS foi criada para defender o interesse público na assistência suplementar à saúde e tem como meta contribuir com o desenvolvimento das ações de saúde no país, e se o STJ decidiu que o rol de procedimentos definidos pela ANS para planos de saúde é taxativo, ou seja, as operadoras de saúde não estão obrigadas a cobrir tratamentos não previstos na lista, então o rol taxativo da ANS deve ser remodelado e cumprir sua finalidade. Ou o lobby dos Planos de Saúde é mais forte?

» História de Brasília

O lado leste do Eixo Rodoviário Sul está tremendamente prejudicado em suas construções. Várias autarquias entregaram seus prédios a firmas que já requereram concordata, e nenhuma providência foi tomada para a substituição dos empreiteiros. (Publicada em 1/3/1962)

Judeus não têm candidato oficial

» CLAUDIO LOTTENBERG

Presidente da Confederação Israelita do Brasil (Conib) e do Instituto Coalizão Saúde

Quem visita o Museu Judaico de São Paulo, inaugurado no final de 2021, se depara logo na primeira sala com um telão que reproduz depoimentos de vários judeus brasileiros. Todos ali tentam responder à mesma pergunta: o que é ser judeu? As respostas variam muito. Há quem mencione o senso de comunidade, ou a herança histórica compartilhada, ou ainda a ascendência familiar. Alguns falam de sua conexão com Israel. O sentimento religioso, central para uns, aparece como lateral ou inexistente para outros.

A instalação demonstra que um dos traços da comunidade judaica, no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, é precisamente seu pluralismo. Em tempos de polarização política aguda e com a proximidade das eleições em nosso país, é fundamental reafirmar essa ideia. Judeus são de direita, de esquerda, de todos os lados. Não há uma vertente político-ideológica característica dos judeus porque inexistente pensamento em bloco. Pelo contrário, a variedade de posições ideológicas no interior da comunidade judaica reflete a diversidade de opiniões presente na própria sociedade brasileira.

Tampouco há um partido ou candidato que represente os interesses de todos os judeus. No pleito de 2018, tentou-se criar uma associação entre as comunicações judaicas

e o candidato eleito, mas isso é falso. Aliás, o que todos nós, em tese, deveríamos fazer, afora votar em nossos candidatos, é apoiar quem venha a ocupar uma posição na estrutura de Estado sem um alinhamento automático no momento político. Há judeus que votaram e não votaram no atual presidente, que aprovam e desaprovam seu governo. Novamente, prevalece a pluralidade. O voto é uma decisão individual, secreta, e os judeus brasileiros — bem como suas instituições representativas — não têm candidatos oficiais.

Os elementos que, de fato, unificam a comunidade judaica nacional não são de ordem político-partidária. Refiro-me aqui à luta contra o antissemitismo, a defesa da legitimidade do Estado de Israel e a repulsa à banalização do Holocausto. Quanto ao último ponto, cabem algumas observações.

Durante a pandemia, vimos comparações absurdas entre as práticas totalitárias nazistas e as ações de combate ao coronavírus — adotadas, por sinal, no mundo todo. Em uma sociedade democrática, pode-se elogiar ou criticar medidas como o lockdown, a obrigatoriedade do uso de máscaras, o distanciamento social ou as campanhas de vacinação, mas não há equivalência alguma entre essas medidas e a perseguição que resultou no assassinato de 6 milhões de judeus pelo Estado nazista.

Frente à atual onda de desinformação e revisionismo, é preciso reafirmar o caráter singular do Holocausto. Igualmente importante é relembra o compromisso assumido por todo o mundo democrático em impedir que tal tragédia se repita.

Com isso, a Confederação Israelita do Brasil (Conib) julgou pertinente lançar um manifesto para destacar a pluralidade política da comunidade judaica brasileira e o caráter apartidário de suas instituições representativas. Ao longo de oito pontos, a Conib reforça seu compromisso com a construção de um país democrático, livre, multiétnico, multirreligioso e culturalmente diverso, bem como sua disposição para dialogar com todos os segmentos da sociedade, independentemente de preferências político-ideológicas. A instituição também reforça seu compromisso no combate à desinformação e ao discurso de ódio, lembrando que a liberdade de expressão, um valor sagrado na democracia, não abarca a prática de crimes previstos em lei.

Assim como não há uma resposta única à pergunta “o que é ser judeu?”, não se pode encaixar esse grupo inteiro em uma única caixa ideológica. Ao valorizar e defender o pluralismo político, a comunidade judaica reafirma sua confiança na própria democracia.